

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

Questão 1

De acordo com a jurisprudência do STF, para fins de responsabilidade penal, os tabeliães são considerados

- Ⓐ particulares com vínculo estatutário com a administração, não se sujeitando, entretanto, ao conceito de funcionários públicos para fins responsabilidade penal.
- Ⓑ agentes públicos, enquadrando-se na categoria de particulares em colaboração à administração, sujeitando-se, inclusive, ao conceito de funcionários públicos para fins responsabilidade penal.
- Ⓒ agentes políticos, pois são particulares que colaboram com a administração pública, sujeitando-se, inclusive, ao conceito de funcionários públicos para fins responsabilidade penal.
- Ⓓ particulares com vínculo estatutário com a administração pública, sujeitando-se, inclusive, ao conceito de funcionários públicos para fins responsabilidade penal.
- Ⓔ particulares sem vínculo estatutário com a administração pública, não se sujeitando, portanto, ao conceito de funcionários públicos para fins responsabilidade penal.

Questão 2

No que se refere à evolução das normas sobre escrituras públicas translativas de direitos reais sobre imóveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo o atual Código Civil, é possível renunciar a direito real sobre imóvel independentemente de seu valor, sem que tal ato tenha de ser instrumentalizado por escritura.
- Ⓑ O Código Civil de 2002 eliminou toda e qualquer hipótese de dispensa de escritura.
- Ⓒ O Código Civil de 1916 considerava a escritura essencial à validade dos negócios jurídicos, a partir de determinado valor do imóvel.
- Ⓓ O Código Civil de 1916 considerava a escritura necessária, desde que o comprador tivesse renda a partir de determinado valor.
- Ⓔ O Código Civil de 1916 considerava a escritura como constituinte da substância do ato, desde que o município indicasse, em razão do valor, a exigência de escritura.

Questão 3

De acordo com as regras de exercício dos serviços notariais de protesto previstas no Provimento n.º 149/2023 do CNJ, o título para protesto somente poderá ser apresentado

- Ⓐ na praça de pagamento dele constante.
- Ⓑ no local de domicílio do credor.
- Ⓒ no local de domicílio do devedor ou na praça de pagamento dele constante.
- Ⓓ no local de domicílio do credor ou na praça de pagamento dele constante.
- Ⓔ no local de domicílio do credor ou do devedor.

Questão 4

A função da Comissão de Proteção de Dados (CPD/CN) é fundamentalmente

- Ⓐ de assessoria, cabendo-lhe auxiliar o Conselho Nacional de Justiça na aplicação, interpretação e adequação das serventias à Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- Ⓑ integrativa, cabendo-lhe definir regras sobre lacunas na aplicação, interpretação e adequação das serventias à Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- Ⓒ consultiva, cabendo-lhe propor diretrizes com critérios sobre a aplicação, interpretação e adequação das serventias à Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- Ⓓ normativa, cabendo-lhe estatuir normas sobre a aplicação, interpretação e adequação das serventias à Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- Ⓔ de jurisdição administrativa, cabendo-lhe julgar, no âmbito administrativo, conflitos sobre a aplicação, interpretação e adequação das serventias à Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Questão 5

No que diz respeito às atas notariais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ata notarial não serve de meio de prova em procedimento de usucapião.
- Ⓑ A regra geral é que a ata notarial eletrônica deve ser lavrada em serventia da circunscrição do domicílio do requerente.
- Ⓒ A ata notarial eletrônica pode ser feita em presença das partes ou por meio do eNotariado.
- Ⓓ A competência para a lavratura das referidas atas limita-se aos tabeliães de notas e aos registradores de títulos e documentos.
- Ⓔ As mencionadas atas servem como meio de prova no direito civil.

Questão 6

A responsabilidade civil por prejuízos que os tabeliães, por si ou por seus prepostos, causarem a terceiros prescreve em três anos contados a partir

- Ⓐ da data de requerimento de reparação de dano apresentado pelo prejudicado no cartório.
- Ⓑ do protocolo de reclamação apresentada pelo prejudicado ao corregedor de justiça do respectivo tribunal.
- Ⓒ de decisão do corregedor de justiça do respectivo tribunal de justiça.
- Ⓓ da comunicação do ato à pessoa que tenha sido prejudicada.
- Ⓔ da lavratura do ato registral ou notarial.

Questão 7

Assinale a opção correta acerca da revogação de testamento, de acordo com o disposto no Código Civil.

- Ⓐ A abertura de um testamento cerrado pelo testador não ocasiona sua revogação.
- Ⓑ Para que um testamento seja revogado, é necessária a utilização do mesmo modo e da mesma forma como pode ser feito.
- Ⓒ Para ser juridicamente admissível, a revogação do testamento tem de ser total.
- Ⓓ Para que um testamento seja revogado, é necessária a utilização do mesmo modo como pode ser feito, independentemente da forma.
- Ⓔ Para que um testamento seja revogado, é necessária a utilização da mesma forma como pode ser feito, independentemente do modo.

Questão 8

Apresentado um título a protesto, o tabelião deverá, conforme disposto na Lei n.º 9.492/1997,

- Ⓐ rejeitar de plano se o título tiver sido emitido em moeda estrangeira.
- Ⓑ examinar as características formais do título, dando-lhe curso caso não apresente vícios.
- Ⓒ examinar a ocorrência de prescrição.
- Ⓓ examinar a ocorrência de caducidade.
- Ⓔ examinar as características formais do título, dando-lhe curso ainda que possua vícios, desde que os entenda como de pequena relevância.

Questão 9

De acordo com o disposto na Lei n.º 6.015/1973, no registro de imóveis, além da matrícula, será feito o registro

- I do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento.
- II das cédulas de crédito industrial.
- III dos sequestros de imóveis.
- IV das servidões em geral.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 10

Caso o registrador de imóvel receba para registro um título de hipoteca em segundo grau, com referência expressa à existência de uma hipoteca anterior de primeiro grau, ele deverá

- Ⓐ prenotá-lo e, logo em seguida, atribuir-lhe o caráter de hipoteca em segundo grau.
- Ⓑ prenotá-lo e aguardar que, no prazo legal, os interessados na primeira hipoteca promovam a inscrição.
- Ⓒ prenotá-lo e aguardar o prazo legal, findo o qual atribuirá o segundo grau à hipoteca.
- Ⓓ rejeitar a prenotação.
- Ⓔ prenotá-lo e atribuir a ele o caráter de hipoteca em primeiro grau.

Questão 11

No que se refere ao pedido de matrícula no registro civil das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Alterações em qualquer das declarações ou dos documentos fornecidos ao tempo do pedido de matrícula deverão ser promovidas na matrícula no prazo de dez dias.
- Ⓑ Para a matrícula de oficinas impressoras, a informação sobre idade do gerente não é exigível.
- Ⓒ No caso de matrícula de empresas noticiosas, o fornecimento do endereço da sede da administração dispensa a informação da residência do proprietário.
- Ⓓ No pedido de matrícula de jornal, deve-se esclarecer se as oficinas impressoras são próprias ou de terceiros, indicando-se, neste último caso, os respectivos proprietários.
- Ⓔ É dispensável prova da nacionalidade do diretor ou do redator-chefe para fins de matrícula de jornais ou periódicos.

Questão 12

Entre outras atividades necessárias à prestação eletrônica dos serviços de registro civil de pessoas jurídicas, a Central RTDPJ Brasil inclui

- I o intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações entre os escritórios de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas, o Poder Judiciário, a administração pública e o público em geral.
- II a recepção de títulos em papel para fins de inserção no próprio sistema e envio para registro em cartório de outra comarca.
- III a expedição de certidões em formato eletrônico e físico.
- IV a formação, somente nos cartórios das capitais, de repositórios registrares eletrônicos para acolhimento de dados e armazenamento de documentos eletrônicos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Questão 13

Foi requerido, perante oficial de registro civil de determinada comarca, o registro do nascimento de uma criança. Para promover o assento, foram apresentados os documentos exigidos pela legislação civil aplicável e preenchidos os requisitos legais em relação ao assento do nascimento. No entanto, foi observada pelo registrador uma divergência significativa no nome do pai da criança, em comparação com a declaração de nascido vivo.

Nessa situação hipotética, à luz das regras aplicáveis ao registro de nascimento, o registrador civil deve

- Ⓐ promover o registro do nascimento, fazendo constar o nome do pai conforme a declaração de nascido vivo.
- Ⓑ promover o registro do nascimento, fazendo constar o nome do pai de acordo com as informações verificadas pelo registrador nos demais documentos apresentados em observância à legislação civil.
- Ⓒ encaminhar o pedido para o corregedor permanente, que, no prazo de 30 dias, promoverá a apuração da documentação e emitirá parecer quanto ao caso.
- Ⓓ promover a nota devolutiva do pedido, tendo em vista a divergência do dado nos documentos apresentados, e solicitar à instituição hospitalar esclarecimentos sobre a declaração de nascido vivo.
- Ⓔ obstar o registro pretendido e determinar a retificação da declaração de nascido vivo, tendo em vista a aparente colisão entre as informações dos documentos verificados e a declaração de nascido vivo.

Questão 14

Acerca dos regimes de bens, assinale a opção correta.

- Ⓐ As pessoas que contraírem casamento com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento devem adotar o regime da separação obrigatória de bens.
- Ⓑ No casamento, a pessoa maior de sessenta anos de idade deve adotar, obrigatoriamente, o regime da separação obrigatória de bens.
- Ⓒ Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal de bens.
- Ⓓ A aquisição, ainda que a crédito, de coisas necessárias à economia doméstica por um dos cônjuges exige a autorização do outro.
- Ⓔ Qualquer que seja o regime de bens adotado no casamento, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis.

Questão 15

Com relação ao pacto antenupcial atrelado ao regime de bens escolhido, assinale a opção correta.

- Ⓐ As convenções antenupciais, para que surtam efeitos perante terceiros, devem ser registradas no competente cartório de notas, títulos e documentos do domicílio dos cônjuges.
- Ⓑ É ineficaz o pacto antenupcial quando a ele não se segue o casamento.
- Ⓒ Instrumentalizado o pacto antenupcial por escritura pública, seus efeitos atingem terceiros, independentemente de qualquer providência posterior.
- Ⓓ Não cabe pacto antenupcial no regime da participação final dos aquestos.
- Ⓔ O pacto antenupcial poderá ser instrumentalizado tanto por contrato particular quanto por escritura pública.

Questão 16

Acerca do assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese em questão, o registro e a emissão da certidão de nascimento prescindem de declaração do diretor técnico do serviço de reprodução humana de que a criança foi gerada por reprodução assistida.
- Ⓑ O assento, nessa hipótese, independe de prévia autorização judicial e requer o comparecimento de ambos os pais, caso não sejam casados nem mantenham união estável.
- Ⓒ Mesmo que os pais sejam casados ou convivam em união estável, ambos devem comparecer ao ato de registro, haja vista a relevância da matéria.
- Ⓓ Tal assento será inscrito no livro A auxiliar.
- Ⓔ Nesse caso, será indispensável ao registro autorização judicial específica.

Questão 17

A respeito da alteração de prenome, assinale a opção correta conforme as disposições do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ.

- Ⓐ É vedada nova alteração extrajudicial de prenome, salvo nas hipóteses de pessoas transgênero.
- Ⓑ Como a alteração do prenome tem natureza sigilosa, sua notícia somente constará das certidões de inteiro teor.
- Ⓒ Uma vez realizada a averbação, a alteração deverá ser publicada, sem custo ao requerente, na plataforma da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).
- Ⓓ Toda pessoa maior de dezesseis anos completos poderá, pessoalmente e de forma imotivada, requerer diretamente ao oficial de registro civil das pessoas naturais a alteração de seu prenome.
- Ⓔ A alteração de prenome admite acréscimo, supressão ou inversão.

Questão 18

A respeito do casamento realizado na circunstância em que um dos contraentes se encontra em iminente risco de vida e a autoridade competente para presidir o ato está impossibilitada de nele comparecer, assinale a opção correta.

- Ⓐ As testemunhas devem comparecer, em até três dias, perante a autoridade judiciária competente mais próxima, para que sejam reduzidas a termos suas declarações.
- Ⓑ Será exigida a presença de, pelo menos, cinco testemunhas para a validade desse casamento.
- Ⓒ Caso a autoridade judiciária, com base nas declarações das testemunhas, decida pela existência de impedimento ao casamento, caberá agravo contra tal decisão.
- Ⓓ As declarações das testemunhas serão autuadas e encaminhadas à autoridade judiciária competente, que decidirá em cinco dias.
- Ⓔ A urgência da situação impõe a dispensa da participação do Ministério Público na verificação da inexistência de impedimento ao casamento, que se dará exclusivamente por meio das declarações de testemunhas.

Questão 19

A respeito da declaração de óbito, assinale a opção correta.

- Ⓐ É dispensável constar no assento de óbito se o falecido era eleitor.
- Ⓑ Caso, no local do falecimento, não exista médico que emita atestado de óbito, poderá ser emitida a certidão do registro civil mediante a declaração de, no mínimo, três testemunhas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
- Ⓒ A cremação de cadáver decorrente de morte violenta exige autorização judiciária, manifestação prévia do falecido e atestado de óbito firmado obrigatoriamente por três médicos ou dois médicos-legistas.
- Ⓓ Para proceder ao assento de óbito de criança com menos de um ano de idade, é indispensável que o oficial verifique se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.
- Ⓔ É indispensável ao sepultamento a apresentação de certidão do registro do oficial de registro do lugar do falecimento, ainda que o falecimento tenha ocorrido em local diverso do domicílio do falecido.

Questão 20

A respeito do instituto da emancipação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o juiz conceder emancipação, será dispensável qualquer comunicação posterior.
- Ⓑ Tal instituto é aplicável tanto ao menor absolutamente incapaz quanto ao menor relativamente incapaz.
- Ⓒ O registro dos atos de emancipação deverá ser realizado no cartório do 1.º ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária de cada comarca, em livro especial.
- Ⓓ A produção de efeitos da emancipação inicia-se com a sentença ou no momento de lavratura da escritura pública.
- Ⓔ A emancipação será efetivada somente por meio de decisão judicial.

Questão 21

Assinale a opção correta a respeito da publicidade e da conservação dos registros públicos, com base nas disposições da Lei n.º 6.015/1973 e suas alterações.

- Ⓐ As certidões de registro civil não podem mencionar a circunstância de filiação ilegítima em nenhuma hipótese.
- Ⓑ A certidão de inteiro teor da matrícula no registro de imóveis deve conter a reprodução de todo o seu conteúdo, sendo ela suficiente para fins de comprovação da propriedade, ainda que não esteja acompanhada de certificação específica pelo oficial.
- Ⓒ No caso de instalação de um novo cartório decorrente de desmembramento, o arquivo do cartório antigo será automaticamente transferido para a nova serventia.
- Ⓓ Para o fornecimento de certidão pelo oficial do registro, exige-se que o requerente expresse a motivação e o interesse pessoal no pedido.
- Ⓔ Para a instrução de processos, os livros de registro e fichas substitutivas poderão ser retirados do cartório e levados ao juízo por requisição direta do advogado das partes, sendo prescindível a autorização judicial.

Questão 22

Considerando o entendimento formalizado pelo STJ a respeito do direito notarial e registral, julgue os seguintes itens.

- I Os tabelionatos são entes despersonalizados, de modo que a cobrança de débitos fiscais deve recair sobre o ente estatal delegatário.
- II Caracteriza nepotismo póstumo a nomeação de filho do titular falecido como responsável temporário pelo expediente do cartório.
- III Na falta de previsão em lei específica, o prazo de prescrição para sanções administrativas a notários e oficiais de registro deve ser definido de acordo com o disposto na legislação sobre o funcionalismo público civil do respectivo estado, e não na legislação federal.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 23

No que se refere à averbação e ao cancelamento do protesto, assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 9.492/1997.

- Ⓐ Havendo opção pelas medidas de incentivo à renegociação da dívida protestada por meio da central nacional eletrônica, os emolumentos relativos ao protesto e cancelamento deverão ser adiantados pelo devedor no momento da apresentação da proposta inicial.
- Ⓑ No caso de extinção da obrigação decorrente de processo judicial, a certidão expedida pelo juízo processante, com menção expressa do trânsito em julgado, substitui o título ou documento de dívida protestado para a solicitação do cancelamento.
- Ⓒ A proposta de renegociação de dívida protestada por intermédio da central nacional de serviços eletrônicos é ato exclusivo do devedor.
- Ⓓ A averbação de retificação de erro material no serviço do tabelionato, quando realizada a pedido do interessado, enseja a cobrança de emolumentos reduzidos pela metade em favor do tabelionato de protesto de títulos.
- Ⓔ No caso de protesto em que figure apresentante por endosso-mandato, a declaração de anuência para fins de cancelamento deve ser emitida pelo mandatário que efetuou a apresentação do título.

Questão 24

Considerando as regras gerais estabelecidas na Lei n.º 10.169/2000 sobre a fixação e a cobrança de emolumentos relativos aos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta.

- A** Os atos que forem comuns a vários tipos de serviços notariais e de registro deverão ser remunerados por meio de emolumentos genéricos.
- B** Os emolumentos relativos a atos referentes a situações jurídicas sem conteúdo financeiro devem ser fixados de modo uniforme em todo o território nacional.
- C** A compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos por eles praticados, a ser estabelecida pelos estados e pelo Distrito Federal, não pode ser custeada com recursos oriundos do poder público.
- D** As tabelas de emolumentos reajustadas pelos estados entram em vigor imediatamente no mesmo exercício em que tenham sido publicadas.
- E** Os notários e registradores podem fixar emolumentos em percentual diretamente incidente sobre o valor total do negócio jurídico objeto do serviço prestado.

Questão 25

Com base nas disposições da Lei n.º 8.009/1990 referentes à impenhorabilidade do bem de família, assinale a opção correta.

- A** No caso de entidade familiar possuidora de vários imóveis utilizados concorrentemente como residência, para que a impenhorabilidade não recaia sobre o de menor valor, é possível que outro imóvel seja expressamente registrado para esse fim no registro de imóveis.
- B** Os veículos de transporte familiar integrados à residência são abrangidos pela impenhorabilidade legal, desde que estejam devidamente quitados.
- C** A impenhorabilidade do bem de família abrange a totalidade da área do imóvel rural no qual se localiza a residência da família, estendendo-se por toda a propriedade produtiva, independentemente de sua dimensão.
- D** No caso de o imóvel residencial familiar ser locado a terceiros, os bens móveis quitados que guarnecem a residência e que sejam de propriedade do locatário perdem a proteção da impenhorabilidade.
- E** A impenhorabilidade do bem de família é absoluta e prevalece inclusive contra a execução movida pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do próprio imóvel.

Questão 26

A previsão do art. 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), segundo a qual “Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares”, é exemplo de norma

- A** programática.
- B** de eficácia plena.
- C** de eficácia contida.
- D** de eficácia limitada.
- E** de eficácia absoluta.

Questão 27

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A** A cassação dos direitos políticos somente se dará nos seguintes casos: cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; e improbidade administrativa.
- B** É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- C** Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, dispensando-se a limitação temporal na hipótese de evidente interesse público.
- D** Aquele que renunciar à nacionalidade brasileira somente poderá readquiri-la na qualidade de nacionalidade derivada.
- E** A Constituição Federal de 1988 (CF) prescreve a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito para todos os cidadãos brasileiros.

Questão 28

Considerando o disposto na CF sobre os territórios federais, assinale a opção correta.

- A** Lei complementar disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos territórios.
- B** Os territórios não poderão ser divididos em municípios, pois pertencem à União.
- C** As contas do governo do território serão submetidas ao tribunal de contas do respectivo território federal, que as analisará, após parecer da área técnica.
- D** Os territórios federais integram a União, e sua criação, transformação em estado ou reintegração ao estado de origem serão reguladas por lei ordinária, após aprovação da população diretamente interessada.
- E** Nos territórios federais com mais de 100.000 habitantes, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

Questão 29

Acerca do Poder Legislativo e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária assinale a opção correta.

- A** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao dirigente máximo do órgão, a fim de eximir-se de eventual responsabilidade.
- B** O TCU pode, caso não atendido, sustar a execução de ato ou contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- C** Compete ao TCU aplicar e executar as multas aplicadas por ilegalidade de despesa ou irregularidades de contas.
- D** Na hipótese de não serem prestados esclarecimentos à comissão mista de orçamento em relação a indícios de despesas não autorizadas, esta solicitará pronunciamento conclusivo do tribunal de contas sobre a matéria, que poderá propor sua sustação.
- E** As irregularidades ou ilegalidades podem ser denunciadas ao tribunal de contas pelos interessados, pela pessoa jurídica de direito público ou pelo Ministério Público, desde que demonstrado interesse em relação ao ato.

Questão 30

O controle de constitucionalidade preventivo no Brasil é realizado

- Ⓐ em regra pela instância política por intermédio das comissões de constituição e justiça das casas legislativas e pelo veto presidencial, havendo, ainda, possibilidade de mandado de segurança impetrado por parlamentar caso o projeto viole cláusula pétrea.
- Ⓑ somente pela instância política, por intermédio das comissões de constituição e justiça das casas legislativas e do veto presidencial.
- Ⓒ somente pela via judicial, seja ele difuso ou concentrado.
- Ⓓ somente pela instância política, por intermédio das comissões de constituição e justiça das casas legislativas.
- Ⓔ somente pela instância política, por intermédio do veto presidencial, em caso de projeto de lei.

Questão 31

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os membros da Defensoria Pública e da Advocacia Pública não têm vitaliciedade, porém gozam de irredutibilidade de subsídios e inamovibilidade.
- Ⓑ O Ministério Público da União tem por chefe o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira do Ministério Público Federal, com mais de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.
- Ⓒ Nos tribunais de justiça compostos de mais de 170 desembargadores em efetivo exercício, a eleição para os cargos diretivos será realizada entre os membros do órgão especial do tribunal, por maioria absoluta e por voto direto e secreto, para um mandato de dois anos, vedada mais de uma recondução sucessiva.
- Ⓓ A CF prevê a promoção obrigatória de juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- Ⓔ A justiça de paz é composta de cidadãos com mandato de quatro anos, indicados pela maioria absoluta do tribunal respectivo, e tem competência para celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Questão 32

Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional e da ordem econômica e financeira.

- Ⓐ Segundo entendimento do STF, é constitucional lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- Ⓑ É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- Ⓒ A progressividade da alíquota que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica não afronta o princípio da capacidade contributiva.
- Ⓓ Consoante posicionamento do STF, é constitucional taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
- Ⓔ As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais, ainda que extensivos às do setor privado.

Questão 33

No que diz respeito à ordem social, assinale a opção correta de acordo com o disposto na CF.

- Ⓐ O planejamento familiar é decisão do casal, a partir das diretrizes estabelecidas pelas instituições públicas para o bem estar da coletividade.
- Ⓑ A gestão democrática do ensino público é um dos princípios com base no qual o ensino deve ser ministrado.
- Ⓒ É absolutamente vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras.
- Ⓓ A assistência social será prestada a quem dela necessitar, respeitado o tempo de carência da contribuição à seguridade social.
- Ⓔ É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, garantindo-se igualdade de tratamento entre o desporto profissional e o não profissional.

Questão 34

No que se refere ao controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo entendimento do STF, há possibilidade de fungibilidade entre ação direta de inconstitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- Ⓑ No controle concentrado de constitucionalidade, o advogado-geral da União atua como curador da norma, razão por que não há previsão de dispensa de defesa de sua constitucionalidade.
- Ⓒ Os conselhos de fiscalização profissional têm legitimidade para a propositura de ações do controle concentrado de constitucionalidade, conforme entendimento do STF.
- Ⓓ A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pressupõe como parâmetro as normas constitucionais de eficácia contida ou limitada.
- Ⓔ Na hipótese de o partido político perder o único representante no Congresso Nacional antes do início do julgamento da ação do controle concentrado de constitucionalidade, esta não deve ser conhecida, por ilegitimidade superveniente.

Questão 35

De acordo com a Constituição do Estado do Mato Grosso, o Conselho de Governo é órgão superior de consulta do governador do estado, sob sua presidência, e dele participam

- Ⓐ o vice-governador do estado; o presidente da assembleia legislativa, o presidente do tribunal de justiça, os líderes da maioria e da minoria na assembleia legislativa, o procurador-geral de justiça e outros previstos na lei que regulamentará sua organização e funcionamento.
- Ⓑ o vice-governador do estado, o presidente da assembleia legislativa, os líderes da maioria e da minoria na assembleia legislativa e o procurador-geral de justiça.
- Ⓒ o vice-governador do estado, o presidente da assembleia legislativa, os líderes das bancadas partidárias na assembleia legislativa e o procurador-geral de justiça e outros previstos na lei que regulamentará sua organização e funcionamento.
- Ⓓ o vice-governador do estado, o presidente da assembleia legislativa, os líderes das bancadas partidárias na assembleia legislativa e outros previstos na lei que regulamentará sua organização e funcionamento.
- Ⓔ o vice-governador do estado, o presidente da assembleia legislativa, os líderes da maioria e da minoria na assembleia legislativa, o secretário de segurança pública, o procurador-geral de justiça e outros previstos na lei que regulamentará sua organização e funcionamento.

Questão 36

Caio, cidadão de 62 anos de idade, apresentou requerimento administrativo que foi deferido pela autoridade pública competente. Dois meses depois, a mesma autoridade revogou o pedido antes deferido.

Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei n.º 9.784/1999, Caio

- A** não tem prioridade na tramitação do processo, e a revogação de seu pedido pode ser motivada, a critério da autoridade.
- B** não tem prioridade na tramitação do processo, devendo a revogação de seu pedido ser necessariamente motivada.
- C** não tem prioridade na tramitação do processo e não há necessidade de a revogação de seu pedido ser motivada, por ausência de previsão legal.
- D** tem prioridade na tramitação do processo, e a revogação de seu pedido deve, necessariamente, ser motivada.
- E** tem prioridade na tramitação do processo, não havendo necessidade de a revogação de seu pedido ser motivada, por ausência de previsão legal.

Questão 37

Assinale a opção em que é corretamente citado o atributo do ato administrativo que concede à administração a prerrogativa de executar diretamente a sua vontade, inclusive com o uso moderado da força, independentemente da manifestação do Poder Judiciário.

- A** presunção de legitimidade
- B** tipicidade
- C** imperatividade
- D** autoexecutoriedade
- E** competência

Questão 38

Segundo o disposto na Lei n.º 13.019/2014, o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios administrativos, é denominado

- A** pré-qualificação.
- B** chamamento público.
- C** manifestação de interesse social.
- D** licitação.
- E** credenciamento.

Questão 39

De acordo com o previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nas contratações de obras públicas, a garantia, como regra, poderá ser de até

- A** 10% do valor estimado para a contratação.
- B** 5% do valor estimado para a contratação.
- C** 10% do valor inicial do contrato.
- D** 1% do valor estimado para a contratação.
- E** 5% do valor inicial do contrato.

Questão 40

Acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, prevista no texto constitucional, julgue os seguintes itens.

- I** É possível acumular dois cargos de professor, independentemente das esferas (federal, estadual e municipal).
- II** É possível acumular dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, desde que as profissões estejam regulamentadas.
- III** A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 41

De acordo com a legislação federal relativa ao custeio da previdência social, o exercente de mandato eletivo municipal não vinculado a regime próprio de previdência social (RPPS) é considerado, em relação ao regime geral de previdência social (RGPS),

- A** segurado facultativo.
- B** segurado especial.
- C** não segurado.
- D** segurado obrigatório, como empregado.
- E** segurado obrigatório, como contribuinte individual.

Questão 42

Tendo por base a legislação do estado de Mato Grosso, assinale a opção em que são corretamente apresentadas hipóteses de não incidência do ITCMD.

- A** renúncia pura e simples de herança sem designação do beneficiário; transmissão de bem ou direito por meio de sucessão provisória; aquisição de bem em excesso pelo cônjuge meeiro na partilha
- B** rendimento do bem do espólio havido após o falecimento do autor da herança; doações em que figurem como donatários os municípios; aquisição de bem em excesso pelo cônjuge meeiro na partilha
- C** aquisição de bem em excesso pelo cônjuge meeiro na partilha; renúncia pura e simples de herança sem designação do beneficiário; doações em que figurem como donatários os municípios
- D** transmissão de bem ou direito por meio de sucessão provisória; rendimento do bem do espólio havido após o falecimento do autor da herança; doações em que figurem como donatários os municípios
- E** rendimento do bem do espólio havido após o falecimento do autor da herança; doações em que figurem como donatários os municípios; renúncia pura e simples de herança sem designação do beneficiário

Questão 43

Para efeitos da cobrança do ISSQN, no caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é

- A** o grupo de consórcio.
- B** o consorciado.
- C** o preposto com função de gestão na administradora de consórcio.
- D** a instituição financeira credenciada.
- E** a administradora do consórcio.

Questão 44

À luz da legislação federal que disciplina o imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF), assinale a opção correta.

- A** Os ganhos de capital percebidos por pessoa física não são sujeitos ao IRPF se não decorrerem do exercício de atividade profissional.
- B** O IRPF incide sobre rendimentos provenientes do trabalho, mas não alcança outros ganhos decorrentes de vendas de bens ou direitos.
- C** A incidência do IRPF pressupõe que os rendimentos tenham origem lícita e devidamente documentada.
- D** O IRPF é devido mensalmente à medida que os rendimentos e ganhos são percebidos, sem prejuízo de posterior ajuste anual.
- E** Estão isentos do IRPF os valores percebidos por pessoa física a título de alimentação, as indenizações por acidente de trabalho e os rendimentos decorrentes da prestação de serviços por trabalhador autônomo a pessoa física.

Questão 45

Tendo por base a legislação que rege os registros públicos e a regularização fundiária de interesse social, assinale a opção correta acerca de aspectos tributários a serem fiscalizados pelo registrador.

- A** O primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social independe da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários.
- B** A dispensa de comprovação de tributos alcança apenas os emolumentos registraes, não abrangendo tributos municipais, estaduais, federais ou previdenciários.
- C** A ausência de comprovação do pagamento de tributos impede o registro do direito real, mas não obsta a averbação preliminar da regularização fundiária.
- D** O primeiro registro de direito real em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social depende da comprovação do pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel, salvo quanto aos tributos previdenciários.
- E** A dispensa de comprovação de pagamento de tributos prevista na Lei de Registros Públicos aplica-se apenas às áreas urbanas objeto de regularização fundiária de interesse social.

Questão 46

No que se refere à natureza jurídica da enfiteuse e do laudêmio, especialmente sob o aspecto tributário, assinale a opção correta.

- A** A enfiteuse e o laudêmio são institutos tributários, a primeira correspondendo ao fato gerador, e o segundo, ao crédito tributário decorrente da transmissão do imóvel aforado.
- B** A enfiteuse constitui espécie tributária autônoma e o laudêmio corresponde à sua base de cálculo, exigível nas transmissões gratuitas ou onerosas do domínio útil.
- C** A enfiteuse é um direito real sobre coisa alheia, ao passo que o laudêmio possui natureza de receita patrimonial, não de tributo.
- D** O laudêmio equivale ao ITBI incidente sobre a transmissão do domínio útil, razão por que sua cobrança pela União depende de lei complementar tributária.
- E** O laudêmio tem natureza jurídica de taxa, pois decorre do exercício do poder de polícia pelo senhorio direto sobre a transferência do domínio útil.

Questão 47

Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá

- A** depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- B** no primeiro dia útil do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver ocorrido o fato gerador.
- C** na data da inscrição do crédito em dívida ativa.
- D** no momento da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
- E** na data da constituição definitiva do crédito tributário, independentemente de notificação do sujeito passivo.

Questão 48

De acordo com o disposto no CTN, a decadência tributária

- A** extingue apenas a exigibilidade do crédito tributário, sem extinguir o próprio crédito.
- B** é instituto aplicável exclusivamente aos tributos sujeitos a lançamento por homologação.
- C** ocorre quando o sujeito passivo perde o direito de impugnar administrativamente o lançamento tributário.
- D** consiste na perda do direito de a fazenda pública constituir o crédito tributário pelo lançamento, em razão do decurso do prazo legal.
- E** corresponde à perda do direito de a fazenda pública ajuizar execução fiscal para cobrança de crédito tributário já definitivamente constituído.

Questão 49

Consoante o disposto no CTN, a anistia tributária

- A** independe de lei específica do ente tributante competente, visto que sua concessão é imediata.
- B** alcança infrações cometidas antes e depois da vigência da lei que a concede, desde que ainda não tenha sido constituído definitivamente o crédito tributário.
- C** abrange, como regra, os atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, desde que relacionados ao descumprimento de obrigação tributária acessória.
- D** extingue o tributo devido, alcançando tanto a obrigação principal quanto as penalidades pecuniárias decorrentes da infração, inclusive quanto a fatos geradores futuros.
- E** pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Questão 50

De acordo com a legislação federal, os serventuários da justiça devem informar à Secretaria da Receita Federal as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos cartórios de notas ou de registro de imóveis, de títulos e documentos. Essa obrigação é cumprida por meio da apresentação da declaração

- Ⓐ de regularidade fiscal imobiliária.
- Ⓑ de débitos e créditos tributários federais.
- Ⓒ sobre operações imobiliárias.
- Ⓓ do imposto sobre a propriedade territorial rural.
- Ⓔ de informações sobre atividades imobiliárias.

Questão 51

De acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ, na hipótese de ocorrência de prescrição intercorrente em processo de execução, com posterior levantamento do depósito judicial, esse levantamento configura

- Ⓐ ato ilícito do credor, que viabiliza a restituição em dobro dos valores levantados.
- Ⓑ pagamento válido de obrigação natural, sendo vedada a repetição do indébito.
- Ⓒ pagamento anulável, sujeito à invalidação mediante demonstração de erro substancial.
- Ⓓ pagamento indevido, sendo cabível a repetição do indébito, independentemente da existência de boa-fé.
- Ⓔ ato inexistente, por ausência de exigibilidade da obrigação, não produzindo efeitos jurídicos.

Questão 52

Conforme o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ, a validade de doação realizada por meio de procuração

- Ⓐ está condicionada à expressa identificação do objeto e do donatário no instrumento de mandato.
- Ⓑ exige apenas poderes gerais de administração, sendo indispensável apenas a identificação do donatário.
- Ⓒ independe da identificação do donatário, mas exige a identificação do objeto no instrumento de mandato.
- Ⓓ independe da identificação do objeto e do donatário no instrumento de mandato.
- Ⓔ admite poderes gerais, desde que o valor do bem seja determinado posteriormente.

Questão 53

Segundo o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, a usucapião originária constitui forma de aquisição originária da propriedade imóvel, condicionada ao preenchimento de requisitos específicos, que incluem, além do exercício da posse mansa e pacífica,

- Ⓐ a existência de boa-fé, apenas.
- Ⓑ a existência de boa-fé e de justo título, não podendo este ser comprovado apenas por meio de recibo de compra e venda do imóvel.
- Ⓒ a existência de boa-fé e de justo título, podendo este ser comprovado por meio de recibo de compra e venda do imóvel.
- Ⓓ o justo título, apenas, para cuja comprovação não basta, entretanto, recibo de compra e venda do imóvel.
- Ⓔ o justo título, apenas, o qual pode ser comprovado por meio de recibo de compra e venda do imóvel.

Questão 54

Consoante entendimento do STJ, o direito à adjudicação compulsória

- Ⓐ possui natureza jurídica constitutiva, sujeitando-se a prazo prescricional de três anos.
- Ⓑ possui natureza jurídica constitutiva, sujeitando-se a prazo prescricional de dez anos.
- Ⓒ possui natureza jurídica de direito potestativo, não se sujeitando a prazo prescricional.
- Ⓓ possui natureza jurídica de direito potestativo, sujeitando-se a prazo decadencial de trinta dias.
- Ⓔ possui natureza jurídica constitutiva, sujeitando-se a prazo decadencial de um ano.

Questão 55

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a cláusula penal

- Ⓐ pode ser revisada quando manifestamente excessiva, devendo, nesse caso, a penalidade ser reduzida equitativamente pelo juiz, inclusive de ofício, sendo vedado que a cominação exceda o valor da obrigação principal.
- Ⓑ pode ser revisada quando manifestamente excessiva e, nesse caso, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, desde que provocada pela parte prejudicada, admitindo-se que a cominação exceda o valor da obrigação principal.
- Ⓒ não admite redução judicial, ainda que a penalidade seja manifestamente excessiva, devendo esta ser aplicada conforme pactuada.
- Ⓓ pode ser revisada quando manifestamente excessiva, caso em que a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, inclusive de ofício, admitindo-se que a cominação exceda o valor da obrigação principal.
- Ⓔ pode ser revisada quando manifestamente excessiva e, nesse caso, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz, desde que provocada pela parte prejudicada, sendo vedado que a cominação exceda o valor da obrigação principal.

Questão 56

De acordo com o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, a ausência de outorga uxória pode ensejar a invalidação do negócio jurídico, sendo legitimado para pleitear sua nulidade

- Ⓐ terceiro diretamente prejudicado pelo ato.
- Ⓑ o cônjuge que não anuiu.
- Ⓒ qualquer interessado, independentemente de vínculo com o cônjuge.
- Ⓓ apenas o Ministério Público, em razão do interesse público envolvido.
- Ⓔ apenas o cônjuge, por se tratar de ato personalíssimo.

Questão 57

Conforme o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, a venda de imóvel realizada entre ascendentes e descendente, sem o consentimento dos demais descendentes, é hipótese de

- Ⓐ nulidade, iniciando-se o prazo para a impugnação do ato na data da celebração do contrato.
- Ⓑ nulidade, devendo o ato ser impugnado no cartório de registro de imóveis.
- Ⓒ anulabilidade, iniciando-se o prazo para a impugnação do ato na data de sua conclusão.
- Ⓓ anulabilidade, iniciando-se o prazo para a impugnação do ato na data de seu conhecimento pelos demais descendentes.
- Ⓔ nulidade, que pode ser alegada a qualquer tempo, independentemente de prazo.

Questão 58

Segundo entendimento do STJ, o termo inicial do prazo prescricional para a pretensão de rescisão contratual decorrente de promessa de compra e venda, em razão do inadimplemento do comprador, é a data

- Ⓐ da citação do réu na ação judicial.
- Ⓑ da celebração do contrato.
- Ⓒ em que ocorrer o inadimplemento contratual.
- Ⓓ do vencimento da última parcela do contrato.
- Ⓔ do registro do contrato no cartório de registro de imóveis.

Questão 59

Um jornalista publicou, sem autorização prévia, a biografia de um artista nacional vivo, retratando episódios íntimos de sua vida pessoal, inclusive relacionamentos afetivos não divulgados publicamente e detalhes de tratamento de saúde. O artista ajuizou ação indenizatória, alegando violação à intimidade e à privacidade.

Considerando essa situação hipotética, à luz dos direitos da personalidade e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito à informação e à liberdade de expressão, por serem direitos fundamentais de eficácia plena, prevalecem sobre os direitos da personalidade do biografado, sendo incabível qualquer indenização decorrente de obra biográfica não autorizada previamente.
- Ⓑ O biógrafo somente poderá ser responsabilizado se tiver agido com dolo, uma vez que, dispensada a autorização prévia, a responsabilidade civil em matéria biográfica é subjetiva qualificada, exigindo demonstração de má-fé na construção narrativa da obra.
- Ⓒ A ausência de autorização prévia não afasta o dever de indenizar quando o conteúdo da obra viola direitos da personalidade do retratado, como a intimidade e a privacidade; a dispensa de autorização elimina um requisito formal prévio, mas não confere imunidade pelo conteúdo lesivo da publicação.
- Ⓓ A ação deve ser julgada improcedente, pois é desnecessária a autorização prévia para publicação de biografias, razão pela qual não há que se falar em indenização por eventuais danos causados ao biografado, prevalecendo a liberdade de expressão e o direito à informação.
- Ⓔ O artista não tem direito à indenização, pois figuras públicas têm esfera de privacidade reduzida, e a publicação de dados relacionados à sua vida pessoal é permitida em razão do interesse histórico e cultural inerente às obras biográficas.

Questão 60

Joana tem deficiência intelectual moderada, diagnosticada clinicamente, que impacta sua compreensão em situações complexas e de natureza patrimonial, mas não a impede de manifestar vontade e de conduzir autonomamente aspectos cotidianos de sua vida pessoal. Sua família requer judicialmente sua interdição total para declaração de incapacidade absoluta e instituição de curatela plena, abrangendo tanto atos patrimoniais quanto decisões de natureza existencial, como escolhas sobre saúde, moradia e vínculos afetivos.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com relação à curatela.

- Ⓐ A deficiência de Joana não afeta sua plena capacidade civil, mas poderá ser adotada a tomada de decisão apoiada ou, extraordinariamente, ser instituída a curatela, restrita a atos de natureza patrimonial e negocial, preservando-se, em qualquer hipótese, a autonomia de Joana quanto aos atos de natureza existencial.
- Ⓑ O pedido da família deve ser integralmente acolhido, pois pessoas com deficiência intelectual moderada enquadram-se na hipótese de incapacidade absoluta, e a curatela plena — inclusive sobre atos existenciais — é a medida de proteção adequada e proporcional à condição de Joana.
- Ⓒ Excepcionalmente, a curatela de Joana poderá ser instituída abrangendo tanto atos patrimoniais quanto existenciais, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, e desde que preservados os interesses da curatelada.
- Ⓓ Joana deverá ser declarada relativamente incapaz, por não poder exprimir sua vontade por causa permanente, e necessitará da assistência de curador para todos os atos da vida civil, patrimoniais e existenciais.
- Ⓔ Joana deve ser considerada plenamente capaz para todos os atos da vida civil, sendo incabível a instituição de curatela em qualquer extensão, uma vez que o Estatuto da Pessoa com Deficiência eliminou esse instituto para pessoas com deficiência, substituindo-o integralmente pela tomada de decisão apoiada.

Questão 61

Acerca do procedimento administrativo de alteração de prenome e(ou) gênero da pessoa transgênero perante o registro civil das pessoas naturais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ausência de qualquer dos documentos exigidos no ato do requerimento poderá ser suprida por declaração do próprio requerente.
- Ⓑ É facultado ao requerente instruir o pedido com laudo médico que ateste a transexualidade ou com parecer psicológico, documentos que, se apresentados voluntariamente, poderão subsidiar a análise do registrador.
- Ⓒ Caso o registrador suspeite de fraude ou má-fé com relação ao pedido, haverá impedimento à concessão da alteração pretendida na via administrativa, mas não na via judicial.
- Ⓓ O pedido de alteração pode ser formulado perante qualquer ofício do registro civil das pessoas naturais, à escolha do requerente.
- Ⓔ É facultado ao requerente solicitar a alteração tanto do prenome quanto dos nomes de família, desde que a modificação não enseje identidade de prenome com outro membro da família.

Questão 62

Carlos, 80 anos, elaborou testamento cerrado, destinando sua parte disponível a Pedro, seu cuidador particular. Após a morte de Carlos, seus filhos ajuizaram ação anulatória do testamento, deduzindo três causas de pedir autônomas: (i) erro de direito, pois Carlos acreditava que, diante da ausência de norma expressa proibindo a deixa ao cuidador, o ato seria plenamente válido — convicção que foi o único motivo determinante da disposição; (ii) coação, pois Pedro reiteradamente ameaçava abandonar Carlos, se este não o beneficiasse no testamento, incutindo-lhe fundado temor; (iii) lesão, pois Carlos, em estado de premente necessidade psicológica e emocional, dispôs de seus bens de forma manifestamente desproporcional em favor de Pedro.

Com base no ordenamento jurídico vigente e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta em relação às três alegações apresentadas na situação hipotética precedente.

- A** Embora o erro de direito seja admissível e a lesão seja inaplicável ao testamento, a coação somente configura vício invalidante quando exercida por terceiro alheio à relação testamentária; sendo Pedro o próprio beneficiário, a coação por ele exercida não torna o testamento anulável, mas apenas afasta o direito de Pedro à sucessão, por indignidade.
- B** O erro de direito pode qualificar-se como vício invalidante do testamento em situações excepcionais, desde que seja determinante da disposição, bem como constitua seu único motivo, e que não represente meio intencional para deixar de aplicar o direito; a coação, caracterizada pelo fundado temor, é causa de anulabilidade; a lesão é inaplicável ao testamento.
- C** A coação é causa de nulidade absoluta do testamento, por comprometer de forma grave e irreversível a genuína manifestação de vontade do testador; o erro de direito e a lesão, sendo vícios de menor gravidade, configuram causas de mera anulabilidade, se demonstrado o nexo causal com a disposição testamentária.
- D** As três causas de pedir são juridicamente viáveis como fundamentos autônomos de invalidade do testamento, devendo o juiz apreciar o mérito de cada uma delas.
- E** O erro de direito é inadmissível como vício invalidante do testamento; a coação, caracterizada pelo fundado temor de dano iminente, é causa de anulabilidade plenamente aplicável; a lesão, assim como a coação, pode ser invocada para anular disposição testamentária desproporcional.

Questão 63

Silvana é titular de direito real de uso registrado sobre imóvel situado em loteamento de acesso controlado, regularmente inscrito no registro de imóveis. Embora resida no imóvel com sua família, Silvana não é associada à associação de moradores. A associação exige que Silvana se identifique a cada ingresso no loteamento, recusa-lhe o fornecimento de cartão de acesso e impede a entrada de prestadores de serviços por ela solicitados, sob o argumento de que esses benefícios são exclusivos dos associados e custeados por suas mensalidades. Silvana propõe ação, requerendo: (i) cadastro único com fornecimento de cartão de acesso; (ii) livre entrada de prestadores de serviços mediante identificação; e (iii) indenização por dano moral.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, no que diz respeito a direitos reais de uso e a parcelamento do solo urbano.

- A** Os pedidos de Silvana devem ser parcialmente acolhidos apenas quanto ao fornecimento do cartão de acesso, pois as normas do usufruto, aplicáveis subsidiariamente ao direito real de uso, impõem ao usuário obrigação de prestar caução ao proprietário, o que evidencia a precariedade do vínculo e a impossibilidade de opô-lo, em sua plenitude, à associação de moradores.
- B** Os pedidos de Silvana devem ser julgados improcedentes em sua totalidade, pois o direito real de uso é constituído *intuitu personae* e intransferível a terceiros, o que impede que sua titular invoque direitos oponíveis à associação de moradores, cuja autonomia associativa é constitucionalmente garantida.
- C** Os três pedidos merecem acolhimento: como titular de direito real de uso registrado, Silvana é moradora com posse própria oponível a terceiros; as vias do loteamento são áreas públicas desde o seu registro; a associação não pode distinguir o acesso de moradores associados e não associados nem impedir a entrada de terceiros devidamente identificados; e o transtorno reiterado e sem base legal configura dano moral indenizável.
- D** Apenas os pedidos de cartão de acesso e de livre entrada de prestadores de serviços merecem procedência; o dano moral não se configura procedente, pois a negativa de cartão de acesso a não associados constitui mero aborrecimento cotidiano decorrente de escolha livre da própria moradora, sem repercussão jurídica indenizável.
- E** Apenas o pedido de livre entrada de prestadores de serviços merece acolhimento, uma vez que o direito real de uso confere ao usuário posse própria e proteção possessória, mas não alcança benefícios de natureza associativa como o cartão de acesso, reservado exclusivamente aos que contribuem com a manutenção do loteamento.

Questão 64

Sofia é promissária compradora de dois apartamentos situados em condomínio edilício de destinação exclusivamente residencial, conforme cláusula expressa da respectiva convenção. O contrato de promessa de compra e venda nunca foi averbado no registro de imóveis, mas Sofia foi imitada na posse de ambas as unidades, comunicou o fato ao condomínio e passou a pagar as cotas condominiais. Com o objetivo de amortizar dívidas, Sofia dividiu um dos apartamentos em cinco quartos e passou a disponibilizá-los a pessoas distintas, por curtas temporadas, mediante anúncio em plataforma digital de hospedagem, oferecendo Internet e serviço de lavanderia, com alta rotatividade de ocupantes sem vínculo entre si. O condomínio ajuizou ação de obrigação de fazer para compeli-la a cessar a atividade. Em defesa, Sofia sustenta, cumulativamente: (i) que, como promissária compradora sem registro do contrato, não está vinculada às normas da convenção condominial; (ii) que o simples uso de plataforma digital não transforma a relação em hospedagem comercial; (iii) que a eventual mudança de uso somente poderia ser vedada por deliberação unânime dos condôminos; (iv) que a cessação das atividades implicaria violação do seu direito constitucional de propriedade.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, no que concerne ao direito real de propriedade.

- Ⓐ A convenção condominial que restringe o uso das unidades autônomas para fins de hospedagem remunerada é inoponível a terceiros adquirentes, por não ter natureza contratual, constituindo mera recomendação interna sem força coercitiva, salvo disposição expressa em contrário na escritura de compra e venda.
- Ⓑ A mudança da destinação das unidades condominiais para fins de hospedagem por plataformas digitais somente pode ser autorizada por deliberação unânime de todos os condôminos em assembleia, sendo insuficiente a maioria qualificada de dois terços, por se tratar de alteração da destinação originária do edifício.
- Ⓒ Sofia não poderia ser compelida a cessar as atividades, pois a disponibilização de quartos de imóvel residencial por curta duração, ainda que por plataforma digital, configura locação por temporada nos termos da legislação de locação de imóveis urbanos — modalidade de uso residencial —, não caracterizando desvio de finalidade passível de vedação convencional.
- Ⓓ A ausência de averbação do compromisso de compra e venda no registro de imóveis impede que Sofia seja equiparada a condômino para fins de sujeição à convenção condominial, de modo que as restrições nela contidas somente lhe seriam oponíveis após o registro da escritura definitiva de compra e venda.
- Ⓔ A utilização isolada de plataforma digital de hospedagem, por si só, não converte a relação em atividade comercial vedada pela convenção; todavia, as circunstâncias concretas apuradas caracterizam contrato atípico de hospedagem, suficiente para configurar desvio da destinação residencial fixada na convenção e legitimar a pretensão do condomínio.

Questão 65

Acerca do regime jurídico do condomínio geral, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pretensão do condômino ao reembolso das despesas necessárias realizadas com a manutenção da coisa comum sujeita-se ao prazo prescricional trienal, aplicável, por analogia, às obrigações de reparação civil, dado que o inadimplemento do dever de contribuir pelos demais condôminos configura ato ilícito que lhes é imputável.
- Ⓑ O condômino que habitar o imóvel comum fica obrigado a pagar aluguel proporcional aos demais cotitulares que não o utilizem, pois a posse exclusiva de coisa indivisa implica privação do direito de fruição alheio e gera compensação pecuniária que é devida aos cotitulares.
- Ⓒ No condomínio geral, as deliberações sobre a administração da coisa comum somente produzem efeitos se aprovadas por unanimidade dos cotitulares, sendo vedado que decisões obrigatórias resultem de mero concurso da maioria absoluta das partes ideais, dado que cada condômino é titular autônomo de sua fração e não pode ter sua vontade substituída pela dos demais.
- Ⓓ O prazo para que o condômino preterido exerça o direito de preferência, havendo para si a parte ideal de imóvel indivisível alienada a estranho sem a devida comunicação, tem início a partir da celebração do contrato de compra e venda, em razão do princípio da consensualidade dos contratos e do caráter obrigacional que o negócio projeta desde a sua formação.
- Ⓔ O condômino pode exonerar-se do dever de contribuir para as despesas e dívidas do condomínio mediante renúncia expressa à sua parte ideal, aproveitando essa renúncia aos demais condôminos na proporção dos pagamentos por eles realizados.

Questão 66

No que se refere à teoria da ação, assinale a opção correta, considerando o disposto no CPC e na doutrina majoritária.

- Ⓐ Tem legitimidade *ad causam* ordinária o sujeito que se afirma titular do direito invocado na petição inicial.
- Ⓑ A causa de pedir é composta unicamente pelos fundamentos jurídicos da demanda.
- Ⓒ É pacífico na doutrina que a possibilidade jurídica do pedido permanece como condição da ação autônoma, ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, se o pedido for vedado pela lei.
- Ⓓ O interesse de agir resta configurado pela utilidade do provimento desejado, dispensado o requisito da necessidade, em razão do direito fundamental de acesso à justiça.
- Ⓔ De acordo com a teoria da asserção, as condições da ação devem ser aferidas com base nas provas produzidas durante a instrução processual.

Questão 67

Assinale a opção correta a respeito da intervenção de terceiros conforme disposições do CPC.

- Ⓐ No caso de evicção, a denunciação da lide é obrigatória, sob pena de perda do direito de regresso contra o alienante.
- Ⓑ O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- Ⓒ No caso de assistência simples, o reconhecimento da procedência do pedido pela parte assistida depende da anuência do assistente.
- Ⓓ O chamamento ao processo é prerrogativa que pode ser exercida tanto pelo autor como pelo réu.
- Ⓔ Contra a decisão que defere ou indefere o ingresso do *amicus curiae* cabe agravo de instrumento ou agravo interno, conforme o caso.

Questão 68

Em relação ao tempo e aos prazos dos atos processuais, assinale a opção correta com base no disposto no CPC.

- Ⓐ A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 horas do último dia do prazo.
- Ⓑ Para fins de atendimento do prazo, no caso de ato praticado por meio eletrônico, considerar-se-á o horário vigente no local em que situado o autor do processo.
- Ⓒ A suspensão do expediente forense no dia de vencimento do prazo acarreta a caducidade do direito de praticar o ato, salvo prova de força maior.
- Ⓓ Na contagem de prazo em dias, seja o prazo material ou processual, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- Ⓔ O ato praticado antes do termo inicial do prazo é considerado intempestivo.

Questão 69

No que concerne à petição inicial e à improcedência liminar, assinale a opção correta de acordo com o estabelecido no CPC.

- Ⓐ Até o saneamento do processo, o autor pode alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente da concordância do réu.
- Ⓑ Em caso de inépcia, pode o juiz indeferir a petição inicial se julgar grave o vício que ela contém, independentemente de intimação da parte autora para emendá-la.
- Ⓒ O pedido genérico é a regra no direito processual brasileiro.
- Ⓓ Para cumulação de pedidos, é necessário que eles decorram da mesma situação fática.
- Ⓔ O juiz pode julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do STF ou do STJ, independentemente da citação do réu.

Questão 70

Julgue os seguintes itens, relativos à ação civil pública.

- I Para o ajuizamento de ação civil pública por associação, é necessário que ela esteja constituída há pelo menos um ano e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção de alguns dos interesses definidos na lei de ação civil pública.
- II A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- III O juízo do local do dano possui competência funcional relativa para julgar a respectiva ação civil pública.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 71

Considerando a vertente crítica da teoria geral do direito penal, em especial a dicotomia entre o direito penal de autor e o direito penal do ato, bem como a dinâmica histórica da legislação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com a concepção mecanicista do direito penal de autor, a pessoa criminalizada não é tratada como indivíduo autônomo, mas, sim, como peça defeituosa em um aparato social complexo, de modo que, nesse sistema, a infração sinaliza um estado de periculosidade, legitimando a intervenção do poder punitivo com o propósito exclusivo de reparar ou neutralizar a peça anormal, esvaziando a culpabilidade como por um ato de vontade livre.
- Ⓑ A Inquisição representou uma resistência institucional ao avanço do direito penal do inimigo, pois, com o processo inquisitório, a Igreja freou as arbitrariedades absolutistas, assegurando que o infrator fosse tratado como parte de um litígio horizontal e repelindo a ideia de que o crime consistia em inimizade direta contra o soberano ou contra Deus.
- Ⓒ A história da legislação penal no Brasil revela que o Código Criminal do Império de 1830 repeliu o pensamento europeu derivado da Revolução Francesa e das teses utilitaristas, configurando-se como diploma de índole colonial-mercantilista pura, desvinculado das ideias de pensadores burgueses do final do século XVIII e início do XIX.
- Ⓓ A evolução histórica do poder punitivo, na transição da Idade Média para a modernidade, caracterizou-se pela superação do modelo inquisitório e pela progressiva devolução do protagonismo à vítima, um processo em que o Estado assumiu função meramente supletiva de garantidor da reparação do dano, rejeitando o confisco do conflito e priorizando a composição entre as partes.
- Ⓔ O modelo do direito penal de autor revela-se materialmente compatível com o garantismo penal e com o Estado democrático de direito, uma vez que sua finalidade central é limitar o poder punitivo do Estado à estrita retribuição da lesão causada por uma conduta, ignorando por completo os aspectos morais, o modo de vida ou a condição existencial do infrator.

Espaço livre

Questão 72

Considerando as características e fontes do direito penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A distinção entre fontes da legislação penal e fontes do saber penal é dogmaticamente indispensável, pois a legislação abrange leis penais manifestas, latentes e eventuais, enquanto o saber penal, para construir seu sistema orientador de decisões e conter o poder punitivo, exige imperativamente a incorporação de fontes de conhecimento externas à lei penal, como o direito constitucional e o direito internacional dos direitos humanos.
- Ⓑ A doutrina penal de base redutora reconhece que o direito penal, como saber jurídico, tem caráter intrinsecamente descontinuo e fragmentário, refletindo a falta de autonomia do saber penal.
- Ⓒ Após a consolidação da dogmática jurídico-penal contemporânea, a filosofia solidificou-se como a principal e primária fonte do direito penal.
- Ⓓ As chamadas fontes de informação do direito penal referem-se estritamente aos dados fáticos, estatísticos e criminológicos que fornecem o embasamento empírico necessário para que o Poder Legislativo edite as leis de criminalização primária e crie os tipos penais.
- Ⓔ As leis penais inconstitucionais, ilícitas ou de irracionalidade grosseira não são consideradas fontes de conhecimento do direito penal, pois o saber penal as exclui sumariamente de seu horizonte de projeção, por carecerem de validade material perante o Estado democrático de direito, dedicando-se exclusivamente à interpretação de leis compatíveis com a Constituição.

Questão 73

A teoria geral do direito penal estabelece uma série de princípios constitucionais e dogmáticos que atuam como limitadores do poder punitivo estatal. Em relação aos princípios aplicáveis ao direito penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da humanidade das penas autoriza, no sistema brasileiro, a imposição de sanções de caráter perpétuo e de trabalhos forçados, contanto que o indivíduo tenha cometido crimes classificados em lei como hediondos ou equiparados a hediondos.
- Ⓑ Pelo princípio da lesividade, o direito penal está autorizado a intervir e punir condutas que se baseiem em pensamentos, convicções íntimas ou no próprio estilo de vida do agente, independentemente de tais fatos causarem dano ou perigo concreto a um bem jurídico de terceiros.
- Ⓒ O princípio da intrascendência (ou pessoalidade da pena) garante que a sanção penal não passe da pessoa do condenado, sendo expressamente vedado que a responsabilidade criminal e a privação de liberdade aplicadas ao infrator sejam estendidas a seus familiares.
- Ⓓ O princípio da legalidade, em sua vertente da máxima taxatividade legal e interpretativa, confere ao juiz a liberdade de criar, em prejuízo do réu, novos tipos penais por meio da analogia, caso identifique uma conduta imoral ou perigosa que o legislador tenha esquecido de criminalizar.
- Ⓔ O princípio da retroatividade da lei penal mais gravosa, adotado no ordenamento brasileiro vigente, estabelece que as leis que aumentam as sanções criminais devem retroagir para alcançar fatos passados, com o escopo de garantir a máxima eficácia do controle social e a retribuição do delito.

Questão 74

Com base no que dispõe o Código Penal acerca do arrependimento posterior e do crime impossível, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento do arrependimento posterior pode estender-se a crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, desde que a reparação do dano ocorra por ato voluntário do agente até o oferecimento da denúncia.
- Ⓑ O arrependimento posterior é causa de isenção de pena aplicável aos crimes patrimoniais, desde que o agente repare o dano ou restitua a coisa antes do recebimento da denúncia ou da queixa.
- Ⓒ O reconhecimento do crime impossível afasta a punição da tentativa e exige do julgador a verificação cumulativa da ineficácia absoluta do meio empregado e da absoluta impropriedade do objeto material.
- Ⓓ Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- Ⓔ Há crime impossível quando, por ineficácia relativa ou absoluta do meio, torna-se inviável a consumação do delito pretendido, hipótese em que o agente responderá tão somente pelos atos já praticados.

Questão 75

Considerando a disciplina do Código Penal brasileiro e a dogmática penal acerca da teoria do erro — discriminantes putativas, erro determinado por terceiro e erro sobre a pessoa —, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas discriminantes putativas fáticas, caso a falsa suposição do agente sobre a situação que tornaria a sua conduta legítima seja considerada inescusável, ele responderá pelo respectivo crime doloso consumado, fazendo jus a uma causa de diminuição de pena.
- Ⓑ Quando o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal for provocado de forma dolosa por um terceiro, apenas este responderá pelo crime, de tal forma que o autor material, por atuar induzido a engano, fica incondicionalmente isento de pena, sendo irrelevante perquirir se a sua falsa percepção derivou de manifesta inobservância do dever objetivo de cuidado.
- Ⓒ O erro determinado por terceiro equipara-se à coação física irresistível, configurando uma autêntica causa de exclusão da própria conduta daquele que atua enganado, razão por que a tipicidade objetiva do fato recairá de forma exclusiva e direta sobre o terceiro provocador.
- Ⓓ No que se refere ao erro sobre a pessoa, se o agente atinge pessoa diversa daquela que pretendia ofender, a lei penal determina a isenção de pena caso as características da vítima efetivamente atingida sejam substancialmente distintas daquelas da pessoa visada, uma vez que tal divergência rompe o nexo de imputação objetiva e a congruência do dolo.
- Ⓔ A discriminante putativa incide quando o agente, por erro, supõe uma situação de fato que, se existisse, tornaria a sua ação legítima, havendo isenção de pena se esse erro for plenamente justificado pelas circunstâncias, e não havendo isenção de pena se o erro derivar de culpa e houver previsão legal, caso em que o agente responde pelo fato a título de crime culposos.

Questão 76

Julgue os itens a seguir, referentes às medidas assecuratórias no processo penal brasileiro.

- I O sequestro de bens imóveis poderá ser realizado em qualquer fase do processo ou mesmo antes do oferecimento da denúncia ou queixa, bastando para tanto a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, e poderá recair sobre bens já transferidos a terceiro.
- II Os embargos ao sequestro de bem imóvel, ajuizados pelo acusado ou por terceiro de boa-fé, não poderão ser julgados antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, devendo o terceiro ajuizador de embargos demonstrar haver adquirido o bem a título oneroso.
- III O sequestro de bem imóvel será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de noventa dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- IV Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz determinará a avaliação e a venda, em leilão público, dos bens cujo perdimento tenha sido decretado, devendo o valor apurado ser recolhido ao Fundo Penitenciário Nacional, salvo previsão diversa em lei especial.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, II e IV
- E II, III e IV.

Questão 77

Acerca da prisão, assinale a opção correta.

- A Embora a fuga do distrito da culpa esteja amparada pelo direito à não autoincriminação, que abrange o direito de se furtar à aplicação da lei penal, tal fuga é fundamento idôneo para justificar a emissão da ordem de prisão temporária.
- B A decretação da prisão temporária é cabível para a garantia da ordem pública potencialmente ofendida, em casos de reiteração delitiva, participação em organizações criminosas, gravidade da conduta, periculosidade social do agente ou pelas circunstâncias referentes à prática do delito.
- C O mandado de prisão temporária deve conter, obrigatoriamente, a indicação da sua duração e o dia em que o preso deverá ser libertado; decorrido esse prazo, a autoridade custodiante deverá colocar o preso imediatamente em liberdade, independentemente de nova ordem judicial, salvo se comunicada previamente a prorrogação da temporária ou a decretação da prisão preventiva.
- D As condições pessoais favoráveis e o princípio da presunção de inocência garantem a revogação da prisão temporária e preventiva, ainda que constem nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar.
- E A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, pelo prazo inicial de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, salvo nos crimes hediondos e equiparados.

Questão 78

Assinale a opção correta no que se refere aos sujeitos do processo penal.

- A Há impedimento à atuação sucessiva, no mesmo processo, de membros do Ministério Público que sejam cônjuges um do outro, aplicando-se, por analogia, as mesmas regras de impedimento de magistrados.
- B A falta de defesa técnica ou a sua deficiência são causas de nulidade relativa do processo, invalidando-se os atos somente se houver efetivo prejuízo comprovado.
- C A participação de promotor de justiça na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento em posterior oferecimento de denúncia, em razão do comprometimento de sua imparcialidade.
- D É vedado ao assistente de acusação arrolar testemunhas no processo penal, em razão da preclusão, já que somente é admissível o seu ingresso após o recebimento da denúncia.
- E O prazo para que o assistente de acusação habilitado, quando intimado antes do Ministério Público, interponha o recurso supletivo só começará a correr após o transcurso do prazo recursal do órgão ministerial.

Questão 79

A respeito do inquérito policial e da fase pré-processual, assinale a opção correta.

- A O delegado de polícia não pode eximir-se da obrigação de instaurar o inquérito policial quando receber requisição do Ministério Público, por se tratar de delação postulatória ministerial.
- B O trancamento do inquérito policial por meio de *habeas corpus* é admitido em caráter excepcional, exigindo a dilação probatória e a comprovação inequívoca da atipicidade da conduta.
- C O despacho que indefere pedido de abertura de inquérito policial pleiteado pela vítima ou por seu representante legal é irrecurável na esfera administrativa.
- D A autoridade policial, ao receber denúncia anônima desacompanhada de provas, deve realizar diligências preliminares para averiguar a veracidade das informações e, somente após a verificação de indícios, poderá instaurar inquérito policial.
- E O marco final que encerra a competência do juiz das garantias é o recebimento formal da denúncia ou queixa, momento em que os autos da investigação passam à competência do juiz da instrução.

Questão 80

Com base no disposto no Código de Processo Penal, assinale a opção correta em relação a coisas apreendidas.

- A Caso haja dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono do bem apreendido, este deve ser imediatamente entregue a quem o tenha solicitado primeiro, independentemente de depósito ou decisão do juízo cível.
- B Em se tratando de pedido de restituição de coisa apreendida, é desnecessário o pronunciamento do Ministério Público, sendo a decisão exclusiva da autoridade policial.
- C As coisas apreendidas no processo penal poderão ser restituídas antes do trânsito em julgado da sentença final, desde que haja requerimento do proprietário, independentemente da relevância da coisa ao processo.
- D Obras de arte apreendidas em razão de crime sem vítima determinada podem ser destinadas a museus públicos.
- E Bens facilmente deterioráveis apreendidos no processo penal e não reclamados em até 30 dias após o trânsito em julgado da sentença condenatória deverão ser destruídos, sendo vedada sua venda.

Questão 81

À luz do disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 e em suas alterações, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para efeito de determinação da alíquota nominal para fins de cálculo do valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, o sujeito passivo deve utilizar a receita bruta acumulada nos 24 meses anteriores ao do período de apuração.
- Ⓑ Não poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, independentemente da modalidade do transporte.
- Ⓒ Não poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte cujo titular ou sócio seja domiciliado no exterior.
- Ⓓ Não poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, ainda que produzidas por micro ou pequena empresa.
- Ⓔ Poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que seja geradora ou comercializadora de energia elétrica.

Questão 82

Com base no disposto na Lei n.º 8.934/1994, assinale a opção em que é corretamente citada finalidade do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

- Ⓐ elaborar a tabela de preços dos serviços da junta comercial, observadas as normas legais pertinentes
- Ⓑ expedir carteiras de exercício profissional de pessoas legalmente inscritas no registro público de empresas mercantis e atividades afins
- Ⓒ proceder ao assentamento dos usos e práticas mercantis
- Ⓓ processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais
- Ⓔ elaborar estudos e publicações sobre temas pertinentes ao registro público de empresas mercantis e atividades afins

Questão 83

Acerca do processo revisional pertinente ao registro público de empresas mercantis e atividades afins, disciplinado pela Lei n.º 8.934/1994, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todos os recursos previstos na referida lei deverão ser interpostos no prazo de dez dias úteis, cuja fluência começa na data da intimação da parte ou da publicação do ato no órgão oficial de publicidade da junta comercial.
- Ⓑ Os recursos previstos na referida lei são recebidos no efeito suspensivo.
- Ⓒ Das decisões do plenário cabe recurso ao ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao qual se vincula a junta comercial e que representa a última instância administrativa.
- Ⓓ O pedido de reconsideração tem por objeto a revisão de decisões definitivas, singulares ou de turmas, de indeferimento.
- Ⓔ Os recursos interpostos fora do prazo serão desentranhados e devolvidos ao recorrente pelo presidente da junta comercial.

Questão 84

A sociedade empresária X ajuizou ação contra Y, concorrente do mesmo segmento, com pedido de pagamento de perdas e danos sob a alegação de que Y havia passado a comercializar produto afim em embalagem que reproduziria o conjunto-imagem (*trade dress*) dos produtos de X.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 9.279/1996 e no entendimento do STJ sobre a matéria.

- Ⓐ A tutela do conjunto-imagem restringe-se à esfera penal, sendo incabível pretensão indenizatória fundada em atos de concorrência desleal não previstos na citada lei.
- Ⓑ A proteção do conjunto-imagem decorre de registro específico perante o INPI, cuja concessão atribui ao titular o direito de exploração exclusiva do conjunto.
- Ⓒ Demonstrada a similaridade entre as marcas em confronto, presume-se o risco de confusão, o que torna dispensável a produção de prova técnica acerca do mercado em que inseridos os produtos.
- Ⓓ Embora não disciplinado expressamente na lei em questão, o conjunto-imagem é passível de proteção judicial quando a utilização de conjunto similar resultar em ato de concorrência desleal, por confusão ou associação com bens e produtos concorrentes, hipótese em que ao prejudicado é ressaltado o direito de ressarcimento por perdas e danos.
- Ⓔ O conjunto-imagem confunde-se com o desenho industrial, de modo que sua tutela se exaure nas regras de registro deste último.

Questão 85

Considerando o previsto na Lei n.º 9.279/1996, julgue os itens a seguir.

- I A proteção especial em todos os ramos de atividade pressupõe que a marca esteja registrada no Brasil e seja considerada de alto renome; a marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade, por sua vez, goza de proteção especial independentemente de estar previamente depositada ou registrada no país.
- II O direito de precedência ao registro, assegurado a quem, de boa-fé, use a marca no Brasil, pode ser cedido isoladamente, independentemente do negócio da empresa a que se vincule o uso da marca.
- III O registro da marca vigora pelo prazo de dez anos, contado da data da concessão do registro e prorrogável por períodos iguais e sucessivos, devendo o pedido de prorrogação ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição.
- IV Não formulado o pedido de prorrogação até o termo final da vigência do registro, opera-se a extinção deste, vedada prorrogação posterior.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 86

Com base nas disposições do Código Civil acerca das sociedades, assinale a opção correta.

- A** A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- B** Independentemente de seu objeto, a cooperativa é considerada sociedade empresária e a sociedade por ações, considerada simples.
- C** Considera-se empresária a sociedade cujo objeto seja o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, não podendo a atividade se restringir à realização de apenas um negócio determinado.
- D** A sociedade cujo objeto seja o exercício de atividade própria de empresário rural, uma vez inscrita no registro público de empresas mercantis de sua sede, fica equiparada, para todos os efeitos, à sociedade simples.
- E** Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir exclusivamente com bens para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

Questão 87

Determinada companhia com capital autorizado instituiu plano de outorga de opção de compra de ações (*stock options*), ao qual aderiu, mediante assinatura do respectivo termo, empregado da sociedade. Em execução movida por credor do empregado contra este, foi determinada a penhora do direito de opção, pretendendo o exequente exercê-lo em lugar do executado.

Tendo a situação hipotética apresentada como referência, assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976 e no entendimento do STJ acerca do direito societário.

- A** A outorga de opção de compra de ações deve beneficiar empregados e pessoas naturais ou jurídicas prestadoras de serviços da companhia, como medida de incentivar maior compromisso e participação destes nos objetivos sociais da empresa, vedada sua extensão a administradores ou diretores da sociedade.
- B** O plano de outorga de opção de compra de ações deve ser aprovado pelo conselho de administração, dispensada deliberação da assembleia geral.
- C** A outorga de opção de compra de ações pode ultrapassar o limite do capital autorizado, desde que ratificada em assembleia geral extraordinária e pelo conselho de administração.
- D** A outorga de opção de compra de ações independe de previsão estatutária, bastando plano aprovado pela assembleia geral.
- E** O direito de opção de compra de ações tem natureza de direito personalíssimo e comporta exercício apenas pelo beneficiário que firmou o correspondente termo de adesão ao plano, não podendo ser exercido por terceiro em razão de penhora.

Questão 88

Assinale a opção correta no que se refere à concessão, à vigência e à nulidade da patente, com base no que dispõe a Lei n.º 9.279/1996.

- A** A ação de nulidade de patente pode ser proposta pelo INPI, ou por qualquer pessoa com legítimo interesse, devendo ser ajuizada no foro da justiça estadual do domicílio do titular.
- B** A patente de invenção vigorará pelo prazo de quinze anos e a de modelo de utilidade, pelo prazo de vinte anos, contados da data de sua concessão.
- C** A nulidade da patente produzirá efeitos a partir da data de sua concessão.
- D** À pessoa de boa-fé que, antes da data de depósito ou de prioridade de pedido de patente, explorava seu objeto no Brasil é assegurado o direito de continuar a exploração, sem ônus, na forma e na condição anteriores.
- E** O processo administrativo de nulidade da patente poderá ser instaurado, de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de cinco anos contados da concessão.

Questão 89

Com base no disposto no Código Civil acerca dos prepostos do empresário, assinale a opção correta.

- A** Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- B** Conferidos poderes a dois ou mais gerentes, presumem-se conjuntos os poderes, salvo estipulação em contrário.
- C** No exercício de suas funções, os prepostos respondem perante terceiros apenas pelos atos culposos e, perante os preponentes, pelos atos dolosos.
- D** O preposto pode fazer-se substituir no desempenho da preposição independentemente de autorização escrita, respondendo o preponente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- E** As limitações contidas na outorga de poderes ao gerente são oponíveis a terceiros independentemente do arquivamento e da averbação do instrumento no registro público de empresas mercantis.

Questão 90

A respeito da sociedade subsidiária integral e da sociedade de propósito específico, assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 6.404/1976, no Código Civil e na Lei Complementar n.º 123/2006.

- A** A microempresa ou a empresa de pequeno porte pode participar simultaneamente de mais de uma sociedade de propósito específico de que trata a Lei Complementar n.º 123/2006, desde que todas tenham por objeto negócios de compra e venda de bens e serviços.
- B** A companhia subsidiária integral pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira, admitida, ainda, a conversão de companhia já existente em subsidiária integral mediante aquisição, por sociedade brasileira, de todas as suas ações.
- C** A sociedade que subscrever em bens o capital de subsidiária integral fica dispensada de aprovar o laudo de avaliação previsto na Lei n.º 6.404/1976.
- D** A disciplina do tipo societário autônomo denominado sociedade de propósito específico, prevista no Código Civil, exige inscrição no registro civil das pessoas jurídicas.
- E** A subsidiária integral pode ter como único acionista sociedade estrangeira, desde que esta esteja autorizada a funcionar no Brasil.

Questão 91

No que diz respeito à recuperação judicial e à falência, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ As ações de natureza trabalhista são processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, sendo vedado pleitear, perante o administrador judicial, a habilitação, a exclusão ou a modificação de créditos derivados da relação de trabalho.
- Ⓑ As obrigações a título gratuito assumidas pelo devedor continuam exigíveis tanto na falência quanto na recuperação judicial.
- Ⓒ A ação judicial que demandar quantia ilíquida contra o devedor não é atraída pelo juízo universal, tendo regular prosseguimento no juízo de origem em que já estiver sendo processada.
- Ⓓ Na recuperação judicial, o prazo de suspensão e a proibição de constrições judiciais perduram pelo prazo improrrogável de 180 dias, contados do deferimento do processamento.
- Ⓔ O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência autoriza o administrador judicial a afastar a eficácia da convenção de arbitragem, suspendendo a instauração de procedimentos arbitrais.

Questão 92

De acordo com a Lei n.º 11.101/2005, a classificação dos créditos na falência deve obedecer a determinada ordem. Assinale a opção em que tal ordem está corretamente apresentada.

- Ⓐ créditos gravados com direito real de garantia, créditos derivados da legislação trabalhista, créditos tributários, créditos quirografários e créditos subordinados
- Ⓑ créditos tributários, créditos derivados da legislação trabalhista, créditos gravados com direito real de garantia, créditos quirografários e créditos subordinados
- Ⓒ créditos quirografários, créditos derivados da legislação trabalhista, créditos tributários, créditos gravados com direito real de garantia e créditos subordinados
- Ⓓ créditos derivados da legislação trabalhista, créditos gravados com direito real de garantia, créditos tributários, créditos quirografários e créditos subordinados
- Ⓔ créditos derivados da legislação trabalhista, créditos tributários, créditos gravados com direito real de garantia, créditos quirografários e créditos subordinados

Questão 93

Acerca dos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, são integralmente exigíveis contra a massa falida, devendo ser pagos com preferência e de forma prioritária em relação aos créditos subordinados.
- Ⓑ As dívidas do falido que tenham vencido até a data em que a falência tenha sido decretada, seja o vencimento decorrente ou não da sentença de falência, são compensadas com preferência em relação aos demais credores.
- Ⓒ Com a decretação da falência, cessam imediatamente os efeitos do mandato conferido pelo devedor antes da falência para sua representação judicial.
- Ⓓ O exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação permanece gerando os efeitos ordinários após a falência, constituindo prerrogativa do credor reter o bem até que seu crédito seja integralmente satisfeito na classe própria.
- Ⓔ Os contratos bilaterais são automaticamente resolvidos pela decretação da falência, restando ao administrador judicial o dever de liquidar eventuais perdas e danos em favor do contratante no prazo de 90 dias.

Questão 94

No que concerne às principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores, previstas na Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas deliberações da classe dos credores com garantia real acerca do plano de recuperação judicial, a proposta será aprovada, se for, cumulativamente, aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e pela maioria simples dos credores presentes.
- Ⓑ Caso os membros do comitê de credores não consigam obter maioria em uma deliberação interna, o impasse gerado deverá ser submetido ao juízo da recuperação ou da falência, para resolução imediata.
- Ⓒ Como regra, a presidência da assembleia geral de credores compete ao credor que for titular do maior crédito presente, que designará um secretário dentre os credores presentes.
- Ⓓ No âmbito do processo de falência, compete privativamente à assembleia-geral de credores promover a arrecadação imediata dos bens e documentos do devedor, bem como elaborar o respectivo auto de arrecadação.
- Ⓔ Na falência, o administrador judicial dispõe de autonomia para transigir sobre obrigações e direitos da massa falida, devendo cumprir unicamente a exigência de dar audiência ao devedor e ao comitê de credores.

Questão 95

Com relação à falência, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 11.101/2005 e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida depois do decreto de falência são considerados créditos extraconcursais.
- II A fazenda pública não possui legitimidade e interesse processual para requerer a falência, porquanto a existência de instrumento processual específico para cobrança do crédito público, no caso, a execução fiscal, aliada aos privilégios do crédito tributário, inviabiliza a utilização da via falimentar.
- III No processo falimentar, os créditos do fundo garantidor de créditos (FGC) decorrentes do pagamento de garantias devem ser classificados como subordinados, por força do instituto da sub-rogação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 96

No território do estado de Mato Grosso, há vastas extensões de três tipos de biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Acerca da ecologia desses biomas, assinale a opção correta.

- A** Em chapadas como as dos Guimarães, dos Parecis e do Roncador, o relevo planáltico apresenta topos e encostas cobertos por gramíneas, enquanto nos vales úmidos, há savanas com grande biodiversidade de espécies de flora.
- B** A diferença entre os períodos de cheia e seca culminou na existência de reduzida biodiversidade no bioma Pantanal no estado de Mato Grosso.
- C** O Pantanal é uma zona úmida marcada pela sazonalidade das enchentes do rio Paraguai e de seus afluentes e por períodos de seca, o que demanda adaptação das espécies de fauna e flora às mudanças das estações climáticas.
- D** No norte do estado de Mato Grosso, verificam-se formações vegetais arbustivas e herbáceas de grande porte, adaptadas ao clima equatorial e a ambientes inundados em grande parte do ano.
- E** O Cerrado é o bioma que ocupa a maior extensão territorial em Mato Grosso, sendo formado por gramíneas e poucas árvores de pequeno porte, características de áreas de estepes tropicais.

Questão 97

Acerca da ecologia agrícola ou agroecologia, assinale a opção correta.

- A** A utilização de *drones*, máquinas agrícolas e defensivos é uma característica da agroecologia que a torna um modelo viável de produção de alimentos em larga escala para as redes de produção globais do setor agrícola.
- B** A agroecologia é uma técnica de produção na qual se cria um microclima controlado mediante a utilização de estufas, aumentando-se a produtividade e a qualidade da produção agrícola e permitindo-se o uso eficiente de recursos naturais como água e solo.
- C** A agroecologia pressupõe a integração de princípios ecológicos, sociais, econômicos e políticos, a fim de se criar um sistema de produção de alimentos sustentável e resiliente, em contraposição ao modelo convencional de produção da agricultura moderna.
- D** Sinônimo de agroecologia, a agricultura consorciada consiste no cultivo simultâneo de duas ou mais culturas agrícolas com o uso de máquinas e produtos fitossanitários, reduzindo pragas e aumentando a produtividade e a biodiversidade em áreas de produção de soja, café e milho.
- E** O cultivo hidropônico é uma das principais técnicas da agroecologia e consiste na aplicação de soluções e compostos nutritivos de água, fósforo, potássio e nitrogênio no solo, bem como inclui o uso de estufas e sistemas de irrigação por gotejamento, resultando no crescimento mais rápido das plantas, na preservação da biodiversidade e na manutenção do solo.

Questão 98

A reciclagem de materiais descartados em lixo doméstico e industriais é uma prática importante do desenvolvimento sustentável. Acerca do processo de reciclagem no Brasil e de aspectos relacionados à economia circular, assinale a opção correta.

- A** A coleta seletiva é eficaz no Brasil, visto que cerca de 80% dos municípios brasileiros adotam este modelo de coleta, em que matérias-primas como papelão, alumínio, vidro e componentes eletrônicos são reaproveitados na economia sustentável.
- B** No Brasil, a coleta de materiais recicláveis e de lixo doméstico ocorre de forma conjunta nos caminhões de lixo urbano e industrial, ocorrendo a separação somente nos aterros sanitários, o que garante a eficiência e a sustentabilidade do processo de reciclagem.
- C** A coleta seletiva e o reaproveitamento de matérias-primas como metais, vidro, papelão e plásticos integram o modelo de produção e consumo da economia circular, que visa promover a durabilidade, a reutilização e a reciclagem sustentável dos materiais.
- D** O alumínio, matéria-prima presente em embalagens metálicas e latas de bebidas, é um material que, devido ao seu custo de produção, ainda tem baixo reaproveitamento no Brasil.
- E** O vidro é um material reciclável que, devido ao baixo custo logístico e ao seu amplo reaproveitamento em indústrias em diversos estados brasileiros, apresenta índices próximos de 100% de reaproveitamento no Brasil.

Questão 99

Acerca do transporte de soja para os portos do Arco Norte e do Centro-Sul do Brasil, assinale a opção correta.

- A** O sistema ferroviário consolida-se como principal modal de transporte de soja, conectando o estado de Mato Grosso aos portos de Ilhéus, na Bahia, Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, através das ferrovias Ferrogrão e Ferrovia de Integração Oeste-Leste.
- B** O modal rodoviário é responsável por grande parte do escoamento de soja, cujo transporte é realizado por meio de uma rede de rodovias duplicadas, em bom estado de conservação, garantindo-se menor custo de transporte e alta competitividade da soja no mercado internacional.
- C** O sistema de transporte de soja para os portos do Centro-Sul depende fortemente de ferrovias que interligam Mato Grosso aos portos da bacia dos rios Paraguai, Corumbá e Cáceres.
- D** O transporte de soja pelo modal ferroviário encontra-se em expansão por apresentar a vantagem competitiva da eficiência, ainda que esse modal tenha altos custos logísticos e impacto poluidor maior que o do modal rodoviário.
- E** O escoamento da soja do estado de Mato Grosso para os portos fluviais do Arco Norte — especificamente do Pará, de Amazonas e de Rondônia — é feito mediante transporte multimodal, sendo utilizados os transportes rodoviário e hidroviário.

Questão 100

Acerca do Acordo Provisório de Comércio (Interim Trade Agreement – ITA) firmado entre o MERCOSUL e a União Europeia, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acordo beneficia diversos setores da economia brasileira, em especial os de produção de *commodities* agropecuárias e de minerais.
- Ⓑ A ampla transferência tecnológica prevista no acordo possibilita a participação do Brasil na modernização da agropecuária europeia, que apresenta baixos índices de produtividade e competitividade.
- Ⓒ A adoção do acordo intensifica a industrialização dos países do MERCOSUL, por meio da transferência de indústrias europeias para o Brasil e para a Argentina.
- Ⓓ Uma das cláusulas do mencionado acordo é a queda de barreiras alfandegárias, ambientais, sanitárias e fiscais, diminuindo-se, assim, as burocracias no comércio entre os blocos.
- Ⓔ O referido acordo consolida um novo modelo de relação econômica entre os blocos, em que o Brasil se torna exportador de tecnologias e *commodities*, e a Europa, consumidora desses produtos.

Espaço livre